

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.402 - MG (2019/0043701-4)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : PATRICK DELFINO DA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : ALESSANDRO GUIDUCCI TAVARES - MG112533N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **PATRICK DELFINO DA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"EMENTA: *HABEAS CORPUS* - HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA - SENTENÇA DE PRONÚNCIA - DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - ORDEM DENEGADA. Presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, a segregação do paciente não constitui constrangimento ilegal, havendo plausibilidade, razoabilidade e necessidade acerca de sua manutenção em cárcere, principalmente porque o crime a ele imputado é hediondo, e, portanto, possui tratamento mais gravoso pela própria Constituição Federal.

V.V. I - A doutrina e a jurisprudência entendem que toda e qualquer espécie de prisão, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, tem natureza cautelar, o que significa dizer, deve estar devidamente comprovada a necessidade de tal restrição da liberdade. II - Após a entrada em vigor da novel Lei 12.736/2012, que acrescentou o § 1º ao art. 387 do Código de Processo Penal, não mais há que se falar que réu que permaneceu preso ao longo do processo, preso deve permanecer para recorrer. III - Se a decisão que contém o indeferimento do direito de o réu recorrer em liberdade não está fundamentada em dados concretos dos autos, deve ser cassada, para que se veja restabelecida a sua liberdade." (e-STJ, fl. 76)

Colhe-se dos autos que o recorrente foi pronunciado em 29/10/2018 como incurso no art. 121, §2º, II e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal, tendo-lhe sido negado o recurso em liberdade.

Nesta Corte, o recorrente alega, em síntese, ausência de fundamentação idônea da decisão de pronúncia, no ponto em que negou-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Pleiteia, ao final, o provimento do recurso para que seja determinada a revogação de sua prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fl. 111).

Informações apresentadas pelas instâncias de origem (e-STJ, fls. 11-118; 119-122; 123-142 e 143-162).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 166-171).

É o relatório.

Decido.

Pretende o recorrente, em suma, a revogação da prisão preventiva mantida na decisão de pronúncia, porquanto ausente fundamentação idônea nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

O Juiz de primeiro grau justificou a necessidade do encarceramento cautelar *in verbis*:

"(...)

No caso, entendo que assiste razão ao denunciante ao ressaltar a necessidade da prisão, uma vez que o réu, conforme documentos de ff 37/40, é conhecido por suas façanhas criminosas, causando, portanto abalo a ordem pública.

Ademais, o art. 312 do Código de Processo Penal permite a prisão preventiva nos casos em que houver provas suficientes da existência do crime e de sua autoria, previsão esta que se amolda no caso presente nos autos, vez que o testemunho da vítima (f. 18) bem como o relatório de f 25 comprovam a materialidade.

Portanto, é possível a decretação da prisão preventiva, para que se evite a ocorrência de novo delito, garantindo-se a ordem pública, pois da próxima vez poderá o réu, em sua aparente empreitada delituosa, ceifar definitivamente uma vida, o que por sorte não ocorreu no presente caso

Além disso, também agrava a situação do acusado a suspeita de valer-se de menor de idade em sua atividade, estando aparentemente a corromper a juventude.

Outrossim, no caso dos autos, entendo que, no momento, não há medida cautelar menos gravosa que possa assegurar a ordem pública. Em face do exposto, RECEBO A DENÚNCIA, porque presentes os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e, juntamente, presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, de acordo com a presente fundamentação, DECRETO-A, com vistas aos artigos 312 e 313, 1, do Código de Processo Penal." (e-STJ, fls. 22-23).

Finda a instrução processual, o julgador singular pronunciou o recorrente nos termos da exordial acusatória, e manteve a custódia cautelar pelos seguintes fundamentos:

"(...)

Assim, à vista do exposto, mais do que dos autos consta, PRONUNCIO o réu PATRICK DELFINO DA SILVA, já qualificado, como incurso nas sanções do art. 121, § 2º II e IV c/c ao art. 14, II, ambos do Código Penal Brasileiro para que seja submetido a julgamento perante o soberano Tribunal do Júri desta Comarca.

Considerando o fato de que o réu respondeu a todo o processo recolhido na prisão, não respeitando os limites impostos como regras de convivência, evidenciando assim, risco efetivo de abalo à ordem pública, diante da periculosidade esboçada na sua contumácia delitiva, denego-lhe o direito de recorrer em liberdade." (e-STJ, fl. 40).

O Tribunal de origem, por sua vez, denegou a ordem em decisão assim

motivada:

"(...)

Desta forma, a sentença de pronúncia que manteve a prisão preventiva do paciente não apresenta qualquer ilegalidade ou abuso de poder a justificar a concessão da ordem pleiteada.

Ademais, da análise dos autos, verifica-se que, em tese, no dia 05 de outubro de 2017, a vítima se dirigia para sua residência, quando foi surpreendida pelo paciente, que estava acompanhado do menor "Gordinho", tendo este sacado uma arma de fogo e efetuado um disparo na direção do ofendido, evadindo do local em seguida.

A vítima, então, teria pedido socorro nas casas próximas, porém sem sucesso, até que conseguiu chegar à residência de seu irmão, onde seus familiares acionaram o SAMU. A Polícia Militar foi informada do ocorrido, via COPOM, e, já no imóvel, após questionar a vítima F. J.Q. S., iniciou o rastreamento do menor envolvido no delito, logrando êxito em apreendê-lo.

Consta que o crime teve motivação fútil, em razão de desavenças entre as partes, por causa do relacionamento do acusado com a ex-esposa da vítima.

Por fim, salienta-se que o disparo provocou lesões corporais de natureza gravíssima, tendo o ofendido ficado incapaz de desempenhar as ocupações habituais por mais de trinta dias, além de ocasionar debilidade permanente em sua visão.

Apesar da privação de liberdade antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória ser considerada uma exceção, ela se justifica em situações excepcionais, como o caso dos autos, mormente quando se constata que o crime em tese cometido pela paciente, homicídio qualificado e homicídio simples na sua forma tentada, é hediondo, tendo recebido tratamento diferenciado pelo legislador por merecer maior reprovação por parte do Estado, tamanha a repercussão desse crime na sociedade.

Com efeito, verifico que não há qualquer irregularidade na decisão hostilizada, que está fundamentada em elementos concretos, tendo o magistrado analisado os requisitos da necessidade e conveniência da segregação." (e-STJ, fls. 79-80).

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a custódia preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

É assente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão da gravidade concreta da conduta delituosa, evidenciada pelo *modus operandi* com que o crime teria sido praticado.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE

CONCRETA DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. RECOLHIMENTO EM SALA DE ESTADO-MAIOR. POSSIBILIDADE DE RECOLHIMENTO EM CELA QUE CUMPRE A MESMA FUNÇÃO. RÉU FORAGIDO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da prisão (*periculum libertatis*), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O Juiz de primeira instância apontou concretamente a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para justificar a necessidade de colocar o paciente cautelarmente privado de sua liberdade e a inadequação de medidas cautelares alternativas, notadamente em razão da gravidade concreta do delito, evidenciada pelo *modus operandi* empregado na prática delitiva (a vítima foi colhida de surpresa pelas costas e recebeu seis disparos, alguns dos quais efetuados quando o ofendido já estava prostrado ao solo), e de informações de haver o réu sido exonerado da polícia civil pela prática de crimes.

3. Não caracteriza constrangimento ilegal quando, ante a inexistência de sala de Estado-Maior, é possibilitado o cumprimento da medida cautelar em cela que cumpre a mesma função, conforme entendimento desta Corte Superior.

4. Recurso não provido.

(RHC 95.991/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 18/02/2019)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADO E TENTADO. MODUS OPERANDI. EXTERMÍNIO. POSSÍVEL MOTIVAÇÃO RELACIONADA COM TRÁFICO. VINCULAÇÃO À FACÇÃO CRIMINOSA "OS MANOS". MAUS ANTECEDENTES. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. INOVAÇÃO NA FUNDAMENTAÇÃO PELO TRIBUNAL A QUO. NÃO CONSTATAÇÃO. MERO DETALHAMENTO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

2. Hipótese na qual as instâncias ordinárias destacaram a gravidade concreta do delito, caracterizada pelo *modus operandi* típico de execução, no qual a primeira vítima foi alvejada a queima roupa, de

costas, em via pública, morrendo imediatamente, e a segunda, embora atingida, conseguiu fugir, bem como a possível relação do delito com o tráfico ilícito de entorpecentes. 3. Reforça o fato de o recorrente, possuidor de vastos antecedentes criminais, sendo reincidente pela prática dos crimes de porte ilegal de arma de fogo e tráfico, com processo em andamento por homicídio qualificado, em tese, ter envolvimento com a facção criminosa "os manos", na qual exerceria posição de destaque, sendo descrito pela autoridade policial como "matador e traficante".

4. Ademais, embora não tenha efetuado pessoalmente os disparos, o recorrente conduzia o veículo tripulado pelos dois menores de idade que, em tese, atiraram nas vítimas, tendo, além disso, supostamente também fornecido as armas utilizadas, sendo evidente sua liderança na empreitada, bem como ressaltada a reprovação da conduta ao lançar mão de menores de idade para tão graves práticas.

5. "Se a conduta do agente - seja pela gravidade concreta da ação, seja pelo próprio modo de execução do crime - revelar inequívoca periculosidade, imperiosa a manutenção da prisão para a garantia da ordem pública, sendo despidendo qualquer outro elemento ou fator externo àquela atividade" (HC n. 296.381/SP, Relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 4/9/2014).

[...]

8. Recurso desprovido."

(RHC 103.548/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

In casu, verifica-se que persistem as razões que justificaram o encarceramento cautelar do recorrente para assegurar a ordem pública, pois sua periculosidade está evidenciada no *modus operandi* do delito. Segundo consta, o recorrente, em concurso com um adolescente, teria desferido disparos de arma de fogo em direção à cabeça da vítima, que estava de costas, causando-lhe lesões que a incapacitaram para as ocupações habituais por mais de trinta dias e debilidade permanente da visão.

Vale anotar, ainda, que, segundo entendimento firmado por esta Corte, "não há ilegalidade na negativa do direito de recorrer em liberdade ao réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, se persistem os motivos da prisão cautelar", como é a hipótese em apreço (HC 396.974/BA, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/8/2017, DJe 30/8/2017).

Por fim, consigne-se que a presença de condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, garantir a liberdade ao acusado, quando há, nos autos, elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema nos termos do art. 312 do CPP. Do mesmo modo, convém anotar que concluindo as instâncias de origem pela imprescindibilidade da custódia preventiva, resta clara a insuficiência e a inadequação da imposição de medidas cautelares mais brandas ao agente (HC 261.128/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 29/04/2013).

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

